

Dia 9 de outubro, 2023

Sr. Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil
Gabinete do Presidente
Palácio do Planalto
Praça dos Três Poderes
Brasília – Distrito Federal 70150-900
Brasil
cgai.sg@presidencia.gov.br
[+55 11 95220-2923](tel:+5511952202923)

Excelentíssimo Senhor Presidente:

A Sociedade para a Antropologia das Terras Baixas da América do Sul (SALSA), uma organização acadêmica internacional composta por professores, estudantes e pesquisadores, junta-se à voz de indígenas que protestam contra o Projeto de Lei nº 2.903/2023, que foi aprovado pelo Congresso Brasileiro em um voto que ignora a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e viola a Constituição. **Pedimos ao Senhor Presidente que mantenha seu compromisso com os povos indígenas do Brasil e não permita que essa legislação se torne lei. Solicitamos, para tanto, que Vossa Excelência vete este Projeto de Lei, pelos graves riscos que apresenta para os direitos dos povos indígenas no Brasil.**

A Tese do Marco Temporal foi derrubada e declarada inconstitucional no dia 21 de setembro, pelo Supremo Tribunal Federal, com um incrível placar de 9 votos contrários a apenas 2 a favor. O resultado se deve prioritariamente às mobilizações indígenas na praça em Brasília, nas ruas de muitas cidades, e em suas aldeias, comunidades e Terras Indígenas. Foi uma mobilização massiva, impressionante também porque foram muitas as agendas, e muito modificadas, para a votação acontecer. A vitória é também fruto do trabalho direto feito por membros do primeiro Ministério dos Povos Indígenas no Brasil, em especial da Ministra Sônia Guajajara e do Secretário Executivo Luiz Eloy Terena, advogado, que se reuniram com diversos ministros do STF para lhes explicar a importância da matéria sendo votada. O julgamento pelo STF surge de um processo iniciado pelo povo Xokleng-Laklãno, do Sul do Brasil, que foi o primeiro a se ver confrontado com essa tese em sua demanda pela demarcação de uma Terra Indígena para seu povo. A primeira vitória, portanto, é deles, e as imagens na mídia nos permitiram testemunhar sua emoção e seu alívio.

No entanto, a tese continua em votação nos Paramentos, onde a Deputada Federal Célia Xakriabá tem lutado firmemente, apesar de muitas ameaças (a principal, a de perder seu mandato, em um processo coletivo que envolve outras Deputadas mulheres, e pelas reações a seu inovador conceito de "genocídio legislado"). Dado que a votação pelo Congresso não foi anulada pelo resultado do STF, que demonstra sua inconstitucionalidade, este ainda poderá voltar a ser acionado.

Se o Marco Temporal se mantiver em qualquer versão, ele pode não só impedir novas demarcações de Terras Indígenas, já que sua proposta é de reconhecer apenas territórios ocupados ou em demanda de demarcação no ano da promulgação da Constituição de 1988, desconhecendo as violências histórias sofridas por esses povos, inclusive os muitos deslocamentos forçados, direta ou indiretamente, como mesmo rever e revisar Terras Indígenas já demarcadas.

Assim, a SALSA se une ao movimento indígena em oposição ao PL# 2.903/2023 e **pede ao Exmo. Sr. Presidente vetar esta legislação pelos graves riscos que apresenta para os direitos dos povos indígenas do Brasil.** Essa lei coloca em risco a vida, o território e a esperança dos povos indígenas, e a própria existência dos biomas em que vivem e de que cuidam. Como sociedade científica, nos colocamos à disposição para debater, divulgar, e apoiar no que for necessário nos andamentos futuros deste processo para a garantia desses direitos conquistados.

Respeitosamente,



Laura R. Graham
Presidenta

cc.

Sra. Elizeta de Paiva Ramos
Procuradora-Geral da República, Ministério Público Federal
pgr-jornalismo@mpf.mp.br

Sra. Joenia Wapichana
Presidenta da FUNAI
presidencia@funai.gov.br

Sr. Arthur Lira
Presidente da Câmara dos Deputados
presidencia@camara.leg.br

Sra. Sonia Guajajara
Ministra do Ministério dos Povos Indígenas
agenda.mpi@povosindigenas.gov.br

Sra. Jéssica Wapichana
Chefe de Gabinete
agenda.mpi@povosindigenas.gov.br

Sra. Ana Patte
Chefe de Assessoria Especial - Assuntos Parlamentares e Federativos
ana.patte@povosindigenas.gov.br

Sr. Luiz Eloy Terena
Secretário Executivo
eloy.terena@povosindigenas.gov.br

Elaine Jácome dos Santos Labes
Chefe de Gabinete - Secretaria Executiva
elaine.labes@povosindigenas.gov.br

Sr. André Luiz de Almeida Mendonça
Ministro da Justiça, Esplanada dos Ministérios
chefiadegabinete@mj.gov.br

Sr. Gustavo Freire Borges
Coordenador Regional, FUNAI
funai.cr.cld@gmail.com

Sr. Francisco Cali Tzai
Relator Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Nações Unidas
hrc-sr-indigenous@un.org